

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.801.811 - PR (2019/0063580-6)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : CAPITOLA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
EMBARGANTE : PORTOLA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : FLAVIO ZANETTI DE OLIVEIRA - PR019116
MARIANA ELISA SACHET AZEREDO - PR042154
SARAH TOCKUS - PR043467
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela CAPITOLA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. contra decisão de minha lavra, às e-STJ fls. 11.060/11.062, em que não conheci do recurso especial.

Em suas razões, sustenta a embargante que a decisão recorrida possui omissão que deve ser suprida. Argumenta que, no agravo interposto contra decisão de não conhecimento do recurso especial, pediu o sobrestamento do feito, tendo em vista a existência do Tema 985/STF, o que não foi objeto de análise (e-STJ fls. 11.065/11.070).

Transcorrido *in albis* prazo para apresentação de impugnação.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão e erro material na decisão judicial.

In casu, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

De início, cumpre registrar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que não incorre em omissão o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adota fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, apenas não tecendo considerações sobre todas as alegações defendidas pela parte embargante.

Dos autos em análise, verifica-se que nem sequer consta dos autos interposição do aludido agravo em recurso especial. Ademais, a matéria devolvida a esta Corte diz respeito exclusivamente à incidência, ou não, de contribuição previdenciária sobre valor pago a título de adicional de insalubridade, a qual não compõe o Tema 985 do STF.

Na verdade, o que pretende a parte embargante é rediscutir a matéria submetida a exame que objetiva o rejugamento do recurso especial de forma a melhor atender aos seus interesses.

Superior Tribunal de Justiça

Quando inexistem vícios de integração, cujo saneamento não enseja a alteração da conclusão do *decisum*, o recurso integrativo não pode ser utilizado com o objetivo de reforma da decisão embargada à luz do art. 1.022 do CPC/2015.

Não se revelam admissíveis os embargos de declaração, quando a parte recorrente – a pretexto de esclarecer uma inexistente situação de obscuridade, omissão ou contradição – vem a utilizá-los com o objetivo de infringir o julgado e de, assim, viabilizar um indevido reexame da causa" (STF, RE 589513 ED-EDv-AgR-ED, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe-072).

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator